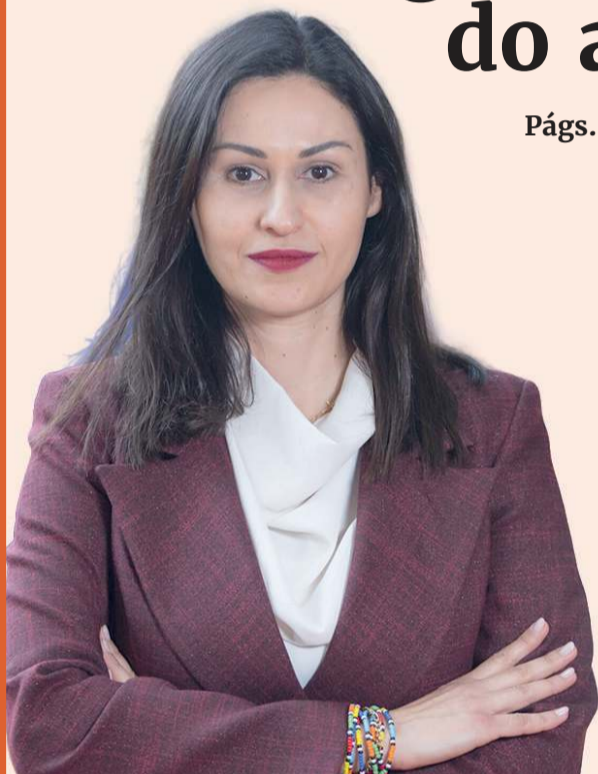


Agricultura biológica é “um ativo estratégico” para a Europa. UE aprova simplificação das regras até ao fim do ano

Págs. 4-5



Chipre quer 9% das terras agrícolas em modo biológico até 2027

Págs. 4-5

Fertilizantes: Espanha paga até 55 euros/ha

Pág. 3



Sementes têm “importância estratégica” na segurança alimentar

Pág. 7

Syngenta investe 8,6 milhões de euros num centro tecnológico de melhoramento vegetal em Almería

Págs. 2-3



31 associações da UE pedem “celeridade” nas novas técnicas genómicas

Pág. 8

Opinião: “O Estado que cobra, mas não reconhece”

Pág. 8

MINISTRO DA AGRICULTURA DE ESPANHA DIZ QUE O INVESTIMENTO “VEM NO MOMENTO CERTO E PARA O LUGAR CERTO”

Syngenta investe 8,6 milhões de euros num centro tecnológico de melhoramento vegetal em Almería

Com as alterações climáticas a manifestarem-se mais amiúde e de forma cada vez mais adversa, nomeadamente as secas e as ondas de calor, as empresas sentem uma urgência crescente em desenvolver culturas agrícolas e botânicas mais resistentes às variações dos padrões climáticos globais ou regionais. E recorrem à ciência e à biotecnologia para acelerar a criação de novas variedades vegetais, através de edição genética e de técnicas de cruzamento direcionadas para garantir a segurança alimentar.

A Syngenta, grupo empresarial de capital chinês com sede em Basileia (Suíça) e uma das principais empresas de inovação agrícola do mundo, pensa e trabalha estas questões há largos anos. Em maio, inaugurou em El Ejido, Almería (Espanha), na presença do ministro da Agricultura espanhol, um centro tecnológico de melhoramento vegetal de última geração para culturas hortícolas, entre as quais o tomate, pimento e pepino. O diagnóstico começa nos campos dos agricultores, mas é no laboratório que está o futuro da produção de alimentos.

TERESA SILVEIRA, EM ALMERÍA *
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

“Os consumidores perderam o sentido de sazonalidade. Querem qualidade, quantidade, textura, sabor e frescura todo o ano”, explica Uri Krieger a um grupo de jornalistas de vários países que se deslocou a Almería para a inauguração do novo centro de tecnológico da Syngenta.

O diretor global de investigação e desenvolvimento de sementes hortícolas da Syngenta tem a noção de que o caderno de encargos da empresa está traçado:



A Syngenta inaugurou no dia 14 de maio, em El Ejido, Almería (Espanha), um centro tecnológico de melhoramento vegetal de última geração para culturas hortícolas.

“prevenir o que vai acontecer nos próximos anos, encontrar constantemente as melhores soluções, identificar as sementes mais resistentes às condições naturais e encurtar os tempos de resposta”. Tudo para não desiludir os agricultores, os compradores, os investidores, os retalhistas, os supermercados e, no final da cadeia de valor, os consumidores.

Integrado numa rede global de centros de inovação do grupo Syngenta, Uri Krieger não tem dúvidas de que esta nova infraestrutura, localizada numa das maiores áreas de estufas da Europa, virada para o Mediterrâneo, “é um dos melhores exemplos para demonstrar a estreita ligação entre os nossos geneticistas de melhoramento vegetal e os agricultores”.

Afinal de contas, os produtores agrícolas “dependem do rendimento, da qualidade e da disponibilidade dos nossos produtos para garantir as suas necessidades de produção”, diz o diretor de investigação e desenvolvimento de sementes hortícolas da Syngenta.

Uri Krieger faz notar que trabalho que os cientistas ali realizam durante o ano “apoia os agricultores em Espanha, mas, também, em todo o mundo”, uma vez que o grupo Syngenta partilha o conhecimento e os dados com as várias equipas de I&D estrategicamente localizadas nas principais regiões produtoras.

Almería: a horta da Europa

E Almería é uma das grandes regiões de produção agrícola. Os dados oficiais do Observatório de Preços e Mercados da Junta de Andaluzia apontam para que, na campanha de 2023/24 tenham sido cultivados 33.418 hectares de estufas com pimento, tomate, beringela, abóbora, melão, melancia e pepino. Os números não oficiais, esses, apontam para cerca de 40 mil hectares de estufas nesta região do sudeste de Espanha, também conhecida como a “Horta da Europa”.

E a Syngenta conhece muito bem esta realidade. Daí a decisão de ali instalar este centro tecnológico, após “ponderar várias localizações na Europa”. Almería entrou na corrida e ganhou este investimento e as autoridades espanholas não podiam estar mais satisfeitas.



Uri Krieger, diretor global de investigação e desenvolvimento de sementes hortícolas da Syngenta.

“

O novo centro tecnológico da Syngenta em El Ejido, Almeria, Espanha, está dotado de tecnologia de última geração concebida para combater agentes patogénicos emergentes que estão a destruir as culturas e a afetar o rendimento de agricultores em todo o mundo

”



Os cientistas da Syngenta trabalham num ambiente controlado e em quarentena, mantendo os mais elevados padrões de saúde das plantas.

Investimento “no momento certo e para o lugar certo”

“Este novo centro tecnológico vem no momento certo e para o lugar certo: a Andaluzia e Almería”, afirmou Luis Planas, ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação de Espanha, durante a cerimónia de inauguração.

O governante lembrou que as exportações agroalimentares de Espanha atingiram mais de 78 mil milhões de euros em 2025 - “somos o quarto exportador da União Europeia” -, registando um novo máximo histórico. E Almería é a “principal região produtora espanhola em produtividade, qualidade e inovação”.

Luis Planas aponta para a produção vegetal na Europa vai implicar “uma nova revolução no século XXI” e que “teremos de ser capazes de crescer e de ultrapassar os eventos adversos das alterações climáticas e os conflitos políticos e comerciais”.

A nova infraestrutura da Syngenta - 9.600 m² dedicados à investigação, cultivo e tecnologia -, é considerada “de última geração” e emprega 150 profissionais altamente qualificados dedicados à investigação para desenvolver sementes mais resistentes e combater pragas e doenças emergentes.

Reduzir em 25% o tempo do melhoramento genético

O compromisso da Syngenta é claro: “reduzir em 25% o tempo necessário para o melhoramento genético”, aplicando “uma abordagem do campo para o laboratório”, em que o diagnóstico começa diretamente na terra em contacto com os agricultores.

O novo centro tecnológico em El Ejido, Almeria, Espanha, está dotado de “tecnologia de última geração concebida para

combater agentes patogénicos emergentes que estão a destruir as culturas e a afetar o rendimento de agricultores em todo o mundo”. Pretende desempenhar “um papel fundamental” no desenvolvimento de soluções para as culturas hortícolas, reduzindo os tempos habituais de desenvolvimento no melhoramento de novas variedades.

Matthew Johnston, responsável global pelo negócio de sementes hortícolas da Syngenta, alerta que “estão a surgir novos agentes patogénicos a um ritmo sem precedentes, afetando agricultores em todo o mundo”. Daí que seja “essencial disponibilizar sementes fortes e resilientes para proteger as culturas e os agricultores”,

não só em Espanha, mas em todo o mundo.

As novas instalações agregam melhoria genética, investigação de sementes e desenvolvimento de novas variedades, bem como a aplicação de novas tecnologias e capacidades digitais. O novo centro tecnológico está ainda equipado com “tecnologia de máxima biossegurança”, permitindo aos cientistas trabalharem com ameaças emergentes num ambiente controlado e em quarentena, mantendo os mais elevados padrões de saúde das plantas.

* A jornalista viajou para Almería a convite da Syngenta.



O controlo do crescimento e do desenvolvimento das novas variedades vegetais no centro tecnológico da Syngenta é feito com recurso a robots. O ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação de Espanha, Luis Planas (à direita, na imagem), acompanhou as explicações.

Fertilizantes: Espanha paga até 55 euros/ha



Luis Planas, ministro da Agricultura, Pesca e Alimentação de Espanha.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

No dia 28 de fevereiro de 2026, os Estados Unidos e Israel lançaram uma operação militar conjunta contra o regime iraniano, que respondeu com mísseis contra bases militares norte-americanas na região, atingindo alvos no Bahrein, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Israel, Arábia Saudita, Turquia, Azerbaijão e uma base britânica no Chipre. Mais de três meses depois, o conflito mantém-se. O impacto sentiu-se de imediato nos combustíveis, mas rapidamente se estendeu aos fertilizantes, cujos preços subiram em flecha e que, sendo essenciais à produtividade das culturas agrícolas em todo o mundo, estão a deixar os agricultores desesperados.

Ciente dos impactos que este conflito passou a ter na economia e, em particular, na agricultura, o Governo espanhol, liderado por Pedro Sanchez, fez publicar a 20 de março um decreto-lei, através do qual disponibiliza um apoio global de 500 milhões de euros.

Para os agricultores, foi aprovado um auxílio extraordinário e temporário, a fim de os compensar pelo aumento dos custos provocado pela subida dos preços dos adubos.

Estão a ser apoiadas as pessoas singulares, coletivas ou entidades sem personalidade jurídica que possuam propriedades agrícolas e que tenham direito a receber pagamentos diretos da Política Agrícola Comum (PAC) na campanha de 2025, e que possuam áreas de cultivo permanente e terrenos aráveis, excluindo os terrenos em pousio e pastagens temporárias.

O montante máximo total do apoio aos agricultores espanhóis é concedido por hectare elegível, diferenciando entre terras de sequeiro e de regadio, com os seguintes valores unitários máximos: terras de sequeiro: 22 euros por hectare; terras irrigadas: 55 euros por hectare.

Agricultura biológica é “um ativo estratégico” para a Europa. UE aprova simplificação das regras até ao fim do ano

TERESA SILVEIRA, NO CHIPRE *
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

As importações totais de produtos agroalimentares biológicos na UE aumentaram de 2,48 milhões de toneladas em 2023 para 2,64 milhões de toneladas em 2024 (+6,4%), de acordo com um relatório da Comissão Europeia divulgado a 14 de maio. Um aumento que “refletiu uma recuperação da procura após dois anos de declínio causado por aumentos acentuados dos preços dos alimentos”, diz a Comissão.

Os produtos biológicos cuja importação mais tem aumentado são as frutas e os legumes (bananas, preparados de tomate, sumos), frutos secos, arroz, oleaginosas e pasteleria. No caso do azeite, café, cacau, milho e soja biológicos, “registou-se uma diminuição das importações” no mesmo período, refere a Comissão.

Ainda assim, a UE é um grande importador de frutas, legumes e azeite biológicos. No total das importações biológicas em 2024, esta classe de produtos representou 47,2% do volume. A sua importação aumentou 6,4% em volume, em 2024, para 1,24 milhões de toneladas em 2024, o que se deve sobretudo a um aumento de 26,4% nas nozes (China) e de 4,5% nas bananas (Equador).

Por sua vez, as importações de culturas agrícolas e de produtos de origem vegetal, que representaram 38,3% do volume total de importações biológicas, aumentaram 8,3% em 2024 face a 2023, atingindo 1,01 milhões de toneladas.

Também os produtos biológicos de maior valor acrescentado vindos de países terceiros - vinhos, bebidas e preparados alimentares - “aumentaram consideravelmente”, de acordo com os últimos números da Comissão Europeia. Cresceram 12,9% e atingiram as 68 mil toneladas em 2024.

Nos produtos biológicos de origem animal as importações de fora da UE cresceram 9,4%, atingindo as 25 mil toneladas, impulsionadas pelo mel (+10,9%) e pela carne de bovino e de vitela (+67%).

UE importa 99% do azeite biológico da Tunísia

Olhemos para o azeite. Apesar de a UE ser líder mundial na produção, consumo e exportação - representa aproximadamente 67% da produção global e dedica cerca de quatro milhões de hectares de terras ao cultivo de oliveiras principalmente em países mediterrânicos como Espanha, Itália, Grécia e Portugal -, esta foi a segunda categoria de produto agroalimentar biológico mais importado pela União em 2024, com uma quota de 15,9%. De acordo com a Comissão Europeia, quase todo (99%) o azeite biológico importado para a UE é virgem extra e provém da Tunísia.

Este país africano da região do Magrebe tem uma área cultivada de oliveiras que

As importações de produtos agroalimentares biológicos, sobretudo frutas e legumes, por parte da União Europeia aumentaram de 2,48 milhões de toneladas em 2023 para 2,64 milhões de toneladas em 2024 (+6,4%). Para reforçar a produção própria e tentar atingir a meta dos 25% das terras agrícolas em modo biológico em 2030 prevista no projeto Horizonte Europa OrganicTargets4EU (2022-2026), os Estados-membros chegaram a acordo, a meados de maio, para simplificar as normas europeias de produção e rotulagem destes produtos, nomeadamente quanto aos importados de países terceiros.

A decisão acontece em plena presidência cipriota do Conselho da União Europeia (UE), que termina a 30 de junho. Chipre está, aliás, a impulsionar este modo de produção agrícola no seu território e quer atingir 11 mil hectares das terras agrícolas em modo biológico (9%) até 2027. Maria Panayiotou, ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do Chipre, não tem dúvidas: “A agricultura biológica é um ativo estratégico para os sistemas alimentares, a biodiversidade e as zonas rurais da Europa”.



Maria Panayiotou, ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do Chipre, país que assume a presidência do Conselho da União Europeia no primeiro semestre de 2026.

cobre aproximadamente 40% do território agrícola, incluindo em zonas desérticas. É, aliás, número um no ranking mundial em área destinada ao cultivo de oliveiras biológicas, com cerca de 144 mil hectares de olival nesse modo de produção. Nos meses de dezembro de 2025 e janeiro e fevereiro de 2026 as exportações de azeite da Tunísia atingiram “um recorde histórico”, ultrapassando as 50 mil toneladas por mês, segundo Samir Abid, ministro do Comércio e Desenvolvimento de Exportações, citado em finais de março pela agência de notícias Tunis Afrique.

Equador lidera nas bananas biológicas para a UE

A Tunísia lidera, de facto, na exportação de azeite biológico à UE, mas, no conjun-

to, o Equador continua no topo dos países exportadores de produtos biológicos para a União, com um novo aumento do volume de exportações de banana biológica (+10%) em 2024. De acordo com o relatório da Comissão Europeia divulgado a 14 de maio, a República Dominicana, que já foi o segundo principal país de origem, caiu para o quinto lugar após as suas exportações de bananas biológicas terem diminuído novamente (-12%).

O mesmo relatório dá conta que as importações de nozes e especiarias da China quase duplicaram em 2024, o que ajuda o país de Xi Jinping a manter-se como segundo país de origem mais importante nesta categoria de produtos (+19%).

As exportações da Ucrânia para a UE também aumentaram (+17%), principalmente nas oleaginosas biológicas (+23%)

e cereais (+8%), empurrando o país liderado por Volodymyr Zelensky para o terceiro lugar como geografia de origem mais importante de produtos biológicos para a União Europeia.

O Peru mantém-se em quarto lugar, com um modesto aumento nas vendas para a UE (+4%). Por sua vez, as exportações da Índia para a UE aceleraram (+40%), sobretudo no arroz biológico.

Entre as principais quebras de importações de produtos biológicos de países terceiros para a UE em 2024 está o Togo (-15% face a 2023, principalmente na soja) e a Tunísia (-18% face a 2023, no azeite).

UE flexibiliza regras nos produtos biológicos

Perante este cenário de dependência em relação aos produtos alimentares biológicos, a UE, sobretudo nas frutas e legumes, e como forma de reforçar a produção biológica própria no espaço europeu e tentar atingir a meta de 25% das terras agrícolas em modo biológico em 2030 prevista no projeto Horizonte Europa OrganicTargets4EU (2022-2026), os Estados-membros chegaram a acordo, a meados de maio, no Comité Especial da Agricultura, para simplificar as normas europeias de produção e rotulagem destes produtos, de modo a tornar o seu enquadramento mais claro e simples de aplicar.

O Conselho da União Europeia, que é presidido pelo Chipre no primeiro semestre de 2026, quer manter os atuais padrões europeus aplicáveis aos produtos biológicos e preservar a confiança dos consumidores nos rótulos biológicos da UE. Mas, ao mesmo tempo, quer reduzir os encargos administrativos dos agricultores, sobretudo dos de menor dimensão, das empresas e das autoridades nacionais e reforçar a competitividade e resiliência da agricultura biológica na União.

O quadro da UE para a produção biológica está definido no regulamento (UE) 2018/848, em vigor desde janeiro de 2022. A proposta que está em cima da mesa inclui certas isenções de certificação e ajustes aos limiares de volume de negócios. Por outro lado, os pequenos retalhistas que vendem online de produtos agrícolas biológicos pré-embalados podem vir a ficar isentos de certificação em determinadas condições, com o objetivo de diminuir os encargos administrativos e incentivar a agricultura biológica.

Quanto aos produtos biológicos importados de países terceiros que possuam sistemas de produção biológica reconhecidos como equivalentes aos da EU, não podem usar o logótipo biológico da UE. Podem, em todo o caso, usar o logótipo de produto biológico do respetivo país de origem.

O Conselho apoia a possibilidade de utilização do logótipo biológico da UE em produtos importados que cumpram requi-

“

sitos adicionais de produção e controlo, além dos critérios de equivalência, o que é uma forma de os fazer aproximar das normas europeias e, ao mesmo tempo, facilitar o comércio internacional e manter a confiança dos consumidores.

Os Estados-membros estão ainda de acordo em remover a proposta da Comissão Europeia que permitiria o uso do rótulo biológico da UE em produtos que contivessem até 5% de ingredientes de países terceiros sem cumprimento de critérios adicionais.

De acordo com o comunicado de imprensa divulgado pela Comissão Europeia a 11 de maio, as negociações entre a presidência do Conselho e o Parlamento Europeu deverão começar logo que possível, de modo a que seja possível alcançar um acordo antes do fim do ano. Isso permitiria assegurar uma transição sem interrupções no reconhecimento de países terceiros cujos sistemas de produção e controlo biológico são considerados equivalentes aos vigentes na União. O atual acordo termina a 31 de dezembro de 2026.

Mais de 381 mil agricultores biológicos na UE

Os números da Comissão Europeia apontam para a existência de mais de 381 mil agricultores biológicos na UE, ou seja, mais 30% do que em 2018.

No azeite, apesar de a UE ser líder mundial na produção, consumo e exportação, esta foi a segunda categoria de produto agroalimentar biológico mais importado pela União em 2024, com uma quota de 15,9%. De acordo com a Comissão Europeia, quase todo (99%) o azeite biológico importado para a UE é virgem extra e provém da Tunísia.

Em 2024, a agricultura biológica abrangia 17,7 milhões de hectares na UE e representava 10,9% do total das terras agrícolas. A meta é atingir pelo menos 25% das terras agrícolas dedicadas à agricultura biológica até 2030, no âmbito do projeto Horizonte Europa OrganicTargets4EU (2022-2026).

E o Chipre, que assume a presidência rotativa do Conselho da UE até junho, está alinhado com essa meta, assumindo que quer chegar aos 11 mil hectares (9%) em modo biológico até 2027. A presidência cipriota do Conselho da União

Europeia (UE) definiu, aliás, como grandes prioridades para o primeiro semestre de 2026 a agricultura e as pescas, considerados “motores económicos vitais que sustentam as comunidades rurais e costeiras da Europa”.

Maria Panayiotou, ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do Chipre, não tem dúvidas de que “a agricultura biológica é um ativo estratégico para os sistemas alimentares, a biodiversidade e as zonas rurais da Europa” e que “os Estados-Membros querem regras mais simples, mais claras e mais ajustadas à rea-

lidade no terreno”. A governante cipriota diz, contudo, que a Europa não abdica dos “elevados padrões” de qualidade e de segurança dos produtos biológicos, que devem ser “preservados” em nome da “confiança dos consumidores” da UE.

Portugal: agricultura biológica ocupa 22,3%

O Chipre definiu no seu PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027) um aumento em 250% da área de agricultura biológica apoiada, com vista a chegar aos 11 mil hectares (9%) em modo biológico até 2027.

Em 2004, o Chipre tinha apenas 867 hectares de terras cultivadas em modo biológico. Em 2024 passou para 7.749 hectares de terras nesse modo de produção e para o ano 2027 a meta está traçada: 11 mil hectares (9%) da superfície agrícola utilizada. As culturas que mais cresceram em modo de produção biológico no Chipre nos últimos anos foram a horticultura (100%), o olival (60%), a fruticultura (33%) e a viticultura (33%).

Em Portugal, a agricultura biológica tem vindo a crescer e representa (dados de 2024) 22,3% da superfície agrícola utilizada (SAU).

* A jornalista viajou para o Chipre a convite da Comissão Europeia.

Commandaria: o vinho doce mais antigo do mundo



Andreas Evangelou, viticultor cipriota produz o icónico vinho Commandaria a 900 metros de altitude.

O Commandaria, vinho icónico com o nome mais antigo do mundo ainda em produção e cujas origens remontam aos séculos XII e XIII, agrega 500 viticultores em toda a ilha de Chipre, que cultivam 419 hectares com uma média de produção de 6500 quilos/hectare. A produção média é de 3000 hectolitros. Tem Denominação de Origem Protegida (DOP) e só pode ser produzida em algumas aldeias da Serra de Troodos. Na aldeia de Agios Konstantinos, na vertente sudeste do Monte Papoutsas, Andreas Evangelou, um viticultor de quarta geração que se formou em Agricultura na Universidade de Tessalónica (Grécia), iniciou a sua própria pequena vinha biológica em 2018, onde trabalha sete hectares a uma

altitude entre os 820-920 metros. Andreas Evangelou recebeu na sua vinha, a meados de maio, 15 jornalistas da UE para lhes explicar como produz o vinho Commandaria, que é conhecido em todo o mundo e cuja tradição secular de produção foi reconhecida pela UNESCO em 2023 como património cultural imaterial. Andreas Evangelou planta as videiras a 50 centímetros de profundidade, para as preservar do calor e da secura dos solos. Este ano, a pluviosidade tem ajudado, mas o viticultor não esquece os anos de seca registados nos anos 2020 a 2022. Daí a necessidade de também desenvolver novas variedades mais resistentes às alterações climáticas.

KOT-KOT: Elena recolhe resíduos alimentares para alimentar galinhas reformadas

O projeto Kot-Kot, de economia circular, em Akaki Grove, no sopé das montanhas Troodos, a oeste de Nicósia, na ilha de Chipre, é liderado por Elena Christoforos, num olival e laranjal de 10 hectares que herdou do avô. Ali estão plantadas 1000 oliveiras, 1220 laranjeiras e alguns limoeiros. Licenciada em Geografia no Reino Unido e com formação em Antropologia e Psicologia, uma das vocações de Elena é a permacultura, um modo de produção que deriva da expressão “agricultura permanente”. Um sistema que privilegia práticas culturais e técnicas que protegem e regeneram o ambiente, nomeadamente através da utilização de fertilizantes orgânicos, do aproveitamento de resíduos, da diversidade de culturas, da redução das mobilizações do solo, da utilização do pastoreio e dos sistemas agroflorestais.

Elena Christoforos estabeleceu protocolos com escolas locais e empresas, onde recolhe regularmente os resíduos alimentares que são depois utilizados para alimentar centenas de galinhas poedeiras em fim de ciclo de postura de ovos.



Elena Christoforos tem 10 hectares de olival e laranjal que herdou do avô e que possui certificação biológica desde 2022.

A empresária explica que as suas galinhas “aposentam-se no olival”, onde, em vez de serem abatidas, circulam livremente e fertilizam o solo de forma natural, auxiliando no controlo de pragas e na melhoria do agroecossistema. E ainda se reduz o desperdício alimentar e as emissões.

Chipre quer 9% das terras agrícolas em modo biológico até 2027

Em 2024, a agricultura biológica na União Europeia (UE) abrangia 17,7 milhões de hectares e representava 10,9% do total das terras agrícolas. A meta é atingir pelo menos 25% até 2030, no âmbito do projeto Horizonte Europa OrganicTargets4EU (2022-2026). E o Chipre, que assume a presidência rotativa do Conselho da UE no primeiro semestre de 2026, está alinhado com esses objetivos, assumindo que quer chegar aos 11 mil hectares (9%) em modo biológico até 2027.

Entre os dias 18 e 21 de maio, 15 jornalistas da União Europeia visitaram várias explorações agrícolas em modo biológico na ilha de Chipre. Maria Panayiotou, ministra da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente do Chipre, está ciente de que “a agricultura biológica é um ativo estratégico para os sistemas alimentares, a biodiversidade e as zonas rurais da Europa”.



Entre os dias 18 e 21 de maio, 15 jornalistas da União Europeia visitaram várias explorações agrícolas em modo biológico na ilha de Chipre. Na imagem, os jornalistas visitam a quinta Ygea, gerida por Giorgos (à esquerda, na fotografia, de t-shirt azul), uma propriedade familiar centenária especializada na produção de ovos biológicos de galinhas criadas ao ar livre. Crédito da fotografia: Comissão Europeia.

TERESA SILVEIRA, NO CHIPRE *
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Strakka produz azeite desde o século XVI. Coruja-do-Celeiro controla os roedores



O olival Strakka, em Deftera, perto de Nicósia, remonta ao século XVI (1570). Antonis Papantoniou, administrador, está junto a uma oliveira com 600 anos, que ainda produz azeitonas. Crédito da imagem: Comissão Europeia.

Strakka é um olival em modo biológico desde 1998 perto de Nicósia, capital de Chipre, com uma história documentada de cultivo de oliveiras que remonta ao século XVI (1570). Ocupa cerca de 30 hectares e produz anualmente cerca de 120 toneladas de azeitonas, que geram cerca de 20 toneladas de azeite. O azeite virgem extra que ali produzem através de métodos de prensagem a frio para preservar os antioxidantes e os compostos bioativos é feito com azeitonas das variedades Koroneiki, Kalamon e outras variedades cipriotas locais. São colhidas precocemente e sempre pela fresca da manhã (arrancam a apanha às seis horas) para preservar a frescura e otimizar o teor de compostos fenólicos. Além do azeite extra virgem biológico, das azeitonas de mesa e das pastas de azeitona, na Strakka também cultivam citrinos biológicos. Na exploração, além do controlo dos níveis de humidade e nutrientes do solo através de uma central meteorológica a energia solar, instalaram dezenas de exemplares de Coruja-do-Celeiro, pássaro que é um dos controladores de pragas mais eficazes da natureza, nomeadamente em zonas rurais, já que se alimenta de ratos e outros roedores. O projeto ornitológico é financiado pelo Ministério da Agricultura de Chipre, recebendo apoios para instalar caixas de ninhos de Coruja-do-Celeiro nas árvores e para mapear e estudar a sua ecologia e o controlo biológico de roedores.

Ygea: Giorgos vende cada ovo biológico a 50 cêntimos



Giorgos Konstantinidis (na imagem principal) produz entre 140 a 150 mil ovos biológicos por mês. Vende cada um a 50 cêntimos. “Preço fixo, é pegar ou largar”.

No dia 20 de julho de 1974, Chipre acordou ao som de sirenes que denunciaram o início de um processo de invasão, pela Turquia, desta ilha do Mediterrâneo oriental voltada para o Líbano, a Síria e Israel e que levou à ocupação de 36% do território cipriota, que ainda hoje se mantém. O sul da ilha é controlado pela República de Chipre (de maioria grega e membro da UE) e o norte é administrado pela autoproclamada República Turca de Chipre do Norte (de maioria turca). Giorgos Konstantinidis perdeu o avô nesse processo de ocupação, de quem nunca mais teve notícias, e a sua família perdeu várias terras, animais e culturas agrícolas nas áreas ocupadas. Tiveram de “refazer a vida”, “comprar novas terras” e seguir em frente, contou, emocionado, aos jornalistas, explicando que a atual quinta de 350 mil m² é também uma homenagem à história familiar. Ali produz ovos em modo biológico a partir de mais de 6000 galinhas criadas ao ar livre e alimentadas em pastagens e com ração biológica certificada que passou a importar da Grécia. “Fazemos permacultura, não usamos químicos”. Além dos ovos biológicos, que vende a 50 cêntimos cada um – “preço fixo para restaurantes ou supermercados, é pegar ou largar” -, produz azeite e ervas e plantas aromáticas. O filho, Orestis, de 26 anos, estudou Biologia nos Países Baixos, mas já está ativamente envolvido no futuro da quinta.

Bio-Solea: Mel biológico dos montes Troodos



A primeira produção de mel biológico Apianthos da Bio-Solea foi para o mercado em 2021.

Chrysanthos Hatziyiannis fundou o projeto Bio-Solea em 2017 na aldeia de Temvria, na região cipriota de Solea, para produção de mel e outras culturas. Ali combina o cultivo biológico certificado de frutas e legumes com a apicultura sustentável a partir da biodiversidade dos montes Troodos, uma cordilheira do centro-sudoeste da ilha de Chipre. A primeira produção de mel biológico Apianthos foi para o mercado em 2021. No coração desta quinta está um parque botânico com 10 hectares, onde estão plantadas milhares de espécies de flores, a partir das quais as abelhas recolhem o néctar e o pólen para a produção de mel, promovendo também a polinização das plantas que, mais tarde, darão frutos, vegetais e cereais. Mas o projeto Bio-Solea vai muito além da produção do mel. Na Bio-Solea, onde trabalham 13 pessoas, há um ecossistema integrado que combina agricultura biológica com apicultura, investigação, educação e práticas sustentáveis. Seguindo uma abordagem holística e prática, a quinta produz o mel biológico cru e não filtrado Apianthos, totalmente rastreável da flor ao frasco, refletindo a flora sazonal única do Chipre, que obteve reconhecimento internacional nos últimos anos. Em 2025, a produção total apenas atingiu 2,5 toneladas de mel, devido à seca e às poeiras. Uma produção muito abaixo das cerca de cinco toneladas noutros anos e da meta de 10 toneladas que pretendem atingir nos próximos dois/três anos.

* A jornalista viajou para o Chipre a convite da Comissão Europeia.

LORENA BASSO, DA ARGENTINA, É A NOVA PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE SEMENTES

Sementes têm “importância estratégica” na produtividade e segurança alimentar

O congresso mundial das sementes 2026 reuniu em Lisboa, entre 18 e 20 de maio, 1800 delegados de mais de 78 países para debater o futuro da agricultura, da inovação e da investigação no setor. O evento também serviu para eleger a primeira mulher presidente da Federação Internacional de Sementes (ISF): Lorena Basso, da Argentina.

José Manuel Fernandes, ministro da Agricultura de Portugal, que participou no evento, sublinhou “a importância estratégica das sementes” como forma de garantir produtividade, resiliência, sustentabilidade e segurança alimentar de Portugal, da Europa e à escala global.

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Os associados da Federação Internacional de Sementes (ISF) representam 96% do comércio global de sementes. Michael Keller, secretário-geral da ISF, garante que todos eles “estão empenhados em continuar a trabalhar em conjunto — entre regiões, culturas, modelos de negócio e gerações — para garantir que os agricultores de todo o mundo têm acesso a sementes de qualidade”. Com isso, garantem igualmente que apoiam a segurança alimentar e nutricional e “ajudam a construir sistemas alimentares resilientes para o futuro”.

Num contexto global marcado pelas alterações climáticas, pela pressão sobre os recursos naturais e pelo crescimento da procura alimentar devido ao crescimento demográfico e à alteração dos padrões alimentares, as sementes, a investigação agrícola, a preservação dos recursos genéticos e a inovação aplicada são consideradas determinantes para garantir produtividade agrícola, resiliência, sustentabilidade e segurança alimentar. A isto acrescem os impactos climáticos, a instabilidade geopolítica e as interrupções comerciais, que continuam a exercer pressão sobre os sistemas agroalimentares globais. A guerra no Médio Oriente e o bloqueio do estreito de Ormuz que se prolonga desde 28 de fevereiro é o mais recente exemplo.

Também por isso, o lema do congresso foi “Ações Conjuntas, Futuros Resilientes”, reunindo em Lisboa mais de 1.800 delegados e convidados de 78 países. Entre os presentes estiveram empresas de sementes, associações nacionais e regionais do



setor, decisores políticos, investigadores, inovadores, parceiros da cadeia de valor e futuros líderes do setor.

O congresso foi organizado em colaboração com a Associação Nacional de Produtores e Comerciantes de Sementes (Anseme), cujos membros representam perto de 90% do mercado português de sementes e que mantém “fortes ligações à Europa e ao mundo lusófono”.

Pedro Pereira Dias, presidente da Anseme abriu o congresso o facto de a produção alimentar começar com uma semente, o que lhe “confere um papel estratégico tanto a nível europeu como global, especialmente face aos desafios atuais”.

A agricultura europeia atravessa “uma fase de transição complexa, marcada por uma crescente exigência dos consumidores, que exigem maior qualidade, segurança alimentar e responsabilidade ambiental”, assumiu Pedro Pereira Dias. E isso “coloca uma pressão significativa sobre os agricultores para produzirem mais e melhor, ao mesmo tempo que minimizam o impacto ambiental da sua atividade”.

É por tudo isso que “o setor das sementes assume um papel ainda mais crucial neste contexto”, afirmou o presidente da Anseme, explicando que “a resiliência que procuramos construir não é apenas climática ou económica, é também social e alimentar”.

Portugal, tal como outros países europeus, enfrenta desafios próprios, referiu Pedro Pereira Dias. E deu como exemplos “a escassez de água, o envelhecimento da população agrícola e a necessidade de modernização tecnológica”.

O ministro da Agricultura de Portugal, José Manuel Fernandes, também inter-

veio na abertura, frisando que atravessamos “um período de incertezas”, marcado pela instabilidade geopolítica, pelas alterações climáticas, pela pressão sobre os recursos naturais e pela crescente procura global de alimentos. A agricultura, essa, “enfrenta um dos maiores desafios do nosso tempo”, que é produzir mais alimentos, com menos recursos, garantindo simultaneamente a sustentabilidade, a resiliência e a segurança alimentar.

Melhoramento vegetal é “decisivo”

No cerne deste desafio há um fator estratégico: as sementes. O ministro da Agricultura de Portugal não tem dúvidas de que “o setor do melhoramento vegetal e das sementes desempenha um papel decisivo no futuro da agricultura global” e que as novas variedades vegetais são “essenciais” para aumentar a produtividade, melhorar a resistência a pragas e doenças, adaptar as culturas às alterações climáticas e garantir uma utilização mais eficiente da água e dos fatores de produção.

Ao mesmo tempo, “os sistemas de sementes certificadas garantem qualidade, rastreabilidade, segurança fitossanitária e fiabilidade, tanto para os agricultores como para os consumidores”, acrescentou o governante.

O congresso mundial das sementes 2026 serviu, por isso, para debater o papel da investigação e da inovação no desenvolvimento de novas variedades agrícolas mais resistentes à seca, às pragas e às doenças. E as novas técnicas de melhoramento vegetal também estiveram em destaque.

COMISSÃO EUROPEIA GARANTE

Produtos biológicos de países terceiros “cumprem as mesmas regras da UE”

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Agricultura biológica na União Europeia (UE) abrangia, em 2024, 17,7 milhões de hectares e representava 10,9% do total das terras agrícolas. A UE tem como objetivo atingir pelo menos 25% das terras agrícolas neste modo de produção até 2030, no âmbito do projeto Horizonte Europa OrganicTargets4EU (2022-2026).

Como não conseguem satisfazer toda a procura, os Estados-membros têm de recorrer às importações de produtos agroalimentares biológicos de países terceiros. Os últimos dados da Comissão Europeia, divulgados a 14 de maio, mostram que houve um aumento das importações de 6,4% de 2023 para 2024. Passaram de 2,48 milhões de toneladas em 2023 para 2,64 milhões de toneladas em 2024.

No processo de importação, a Comissão Europeia faz questão de garantir que os produtos biológicos importados de fora da União (UE) só podem ser comercializados como biológicos se cumprirem com os “requisitos rigorosos” que vigoram no espaço europeu, ao abrigo do Regulamento (UE) 2018/848 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos que vigora desde 1 de janeiro de 2022.

Fonte oficial da Comissão respondeu à “Vida Económica” que, “ao abrigo deste quadro, os produtos importados comercializados como biológicos na UE cumprem as mesmas regras de produção aplicáveis aos produtores biológicos na UE” e estão “sujeitos às disposições transitórias previstas na legislação”.

“Cada remessa de produtos biológicos importados deve ser acompanhada de um certificado de inspeção emitido através do sistema eletrónico TRACES [Trade Control and Expert System, em inglês] da UE, que permite a rastreabilidade e o controlo na fase de importação”, sublinha a Comissão Europeia.

A TRACES é uma plataforma online da Comissão Europeia para a certificação sanitária e fitossanitária necessária na importação para a UE nomeadamente de animais, produtos de origem animal, géneros alimentícios de origem não animal, alimentos para animais e vegetais, entre outros.

Questionada sobre que as garantias há para os consumidores europeus acerca da fiabilidade dos produtos biológicos importados, fonte oficial da Comissão respondeu à “Vida Económica” que a rastreabilidade e o controlo se baseiam num “quadro jurídico harmonizado da UE para a produção e importação de produtos biológicos”. E tudo se processa mediante “certificação e controlo obrigatórios por organismos ou autoridades de controlo reconhecidos” nos Estados-membros.

31 organizações da UE pedem “celeridade” nas novas técnicas genómicas na agricultura



TERESA SILVEIRA
teresasilveira@grupovidaeconomica.pt

Assinalou-se a 18 de maio o Dia do Fascínio das Plantas, efeméride que pretende sensibilizar a comunidade internacional para a importância das plantas e do seu estudo científico. Isto, numa altura em que todos esperam que o Parlamento Europeu aprove formalmente a utilização das Novas Técnicas Genómicas de categoria 1 (NTG-1) para o melhoramento das plantas cultivadas.

Os dois momentos coincidiram com a divulgação, em finais de maio, de um documento, subscrito por uma coligação de 31 organizações europeias da cadeia de valor do setor agroalimentar, que apelam à “rápida adoção do regulamento europeu sobre Novas Técnicas Genómicas (NTG), sem alterações adicionais à proposta atualmente em discussão”.

Estas organizações defendem a necessidade de um “quadro regulatório previsível”, baseado na ciência, o que consideram ser “essencial para garantir a competitividade, sustentabilidade e segurança alimentar da agricultura europeia”.

As 31 organizações, que estão ligadas à agricultura, à genérica vegetal, à indústria alimentar e à comercialização de produtos alimentares operadores comerciais, consideram que as NTG são “ferramentas fundamentais” para desenvolver culturas agrícolas mais resistentes às alterações climáticas, pragas e doenças. Na opinião destas entidades, estas tecnologias poderão “contribuir para uma produção agrícola mais sustentável e resiliente”, ao mesmo tempo que reduzem as perdas e aumentam a segurança alimentar no espaço europeu.

Além de estarem preocupadas com possíveis alterações ao texto legislativo, nomeadamente a introdução de requisitos obrigatórios de rotulagem e rastreabilidade para as chamadas plantas NGT de “Categoria 1” – isso “aumentaria os custos para os operadores e comprometeriam a base científica da proposta inicial da Comissão Europeia” –, os signatários desta tomada de posição defendem ainda que tratar as NTG da mesma forma que os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) tradicionais acabaria por “travar a inovação no setor agroalimentar europeu”.

É, pois, necessário haver “segurança jurídica para incentivar investimento, investigação e desenvolvimento na área da inovação vegetal” e os decisores políticos europeus devem “concluir rapidamente” um quadro regulatório “funcional e preparado para o futuro”, capaz de permitir que toda a cadeia agroalimentar beneficie do potencial das NTG.

OPINIÃO

O Estado que cobra, mas não reconhece



Luís Barreto
Presidente da APAS Floresta – Associação de Produtores Florestais

Há paradoxos administrativos que seriam apenas absurdos se não tivessem consequências reais. O caso da APAS Floresta, da qual sou diretor, é um deles. Não estamos perante uma pequena falha informática, nem perante um capricho burocrático. Estamos perante uma situação que põe em causa a coerência do Estado, a segurança jurídica das organizações e a confiança mínima que deve existir entre a Administração Pública e quem cumpre.

A APAS Floresta – Associação de Produtores foi criada em 2003. Ao longo de mais de duas décadas trabalhou, e trabalha, no setor florestal português, em particular na região Oeste, prestando serviços técnicos, apoiando produtores, participando em projetos, empregando pessoas e relacionando-se com entidades públicas e privadas. Não tem sido uma existência clandestina ou duvidosa. Foi, e é, uma existência reconhecida pelo próprio Estado.

Ao longo destes anos, a associação empregou dezenas de trabalhadores, prestou serviços técnicos e especializados num valor acumulado superior a 7,5 milhões de euros e pagou mais de um milhão de euros em impostos e contribuições sociais associados às remunerações dos seus trabalhadores. A Autoridade Tributária sempre a reconheceu e reconhece todos os meses. A Segurança Social sempre a reconheceu e reconhece todos os meses. As entidades do Ministério da Agricultura e do Ministério do Ambiente sempre a reconheceram e reconhecem institucionalmente. O Estado recebeu, validou, exigiu e beneficiou.

Mas, agora, quando a associação necessita de emitir um Certificado de Registo Criminal, documento exigido em vários procedimentos administrativos e contratuais, descobre que, afinal, para uma parte do mesmo Estado, não existe. A razão invocada é que o seu NIPC (Número de Identificação de Pessoa Coletiva) não consta da base de dados dos Serviços de Registo Central de Pessoas Coletivas.

Confesso que tenho, sinceramente, dificuldade em perceber a situação. Como pode uma entidade existir durante mais de 20 anos para pagar impostos, contribuições, salários, para ser elegível em projetos e ter

responsabilidades institucionais, mas deixar de existir quando precisa de um certificado básico para continuar a trabalhar?

A resposta administrativa conhecida aponta para a criação de uma nova associação, com novos estatutos, novo registo e novo NIF. Ou seja, a solução proposta seria apagar, por via burocrática, mais de duas décadas de existência institucional. Isto de criar uma entidade de raiz pode parecer simples no papel, mas, na realidade, significaria negar uma história, fragilizar contratos, quebrar continuidade e abrir um precedente perigoso para outras associações e cooperativas.

Não se pede um favor. Não se pede um privilégio. Não se pede uma exceção à margem da lei. Pede-se que

relevância do Ficheiro Central de Pessoas Coletivas e da identificação das entidades através do NIPC, denominação, sede, natureza jurídica e situação.

A certidão permanente de associação serve para fazer prova dos atos e factos em vigor nesse ficheiro. Para pedir o registo criminal de uma pessoa coletiva, a própria Justiça indica que deve ser identificado o NIPC e demonstrada a qualidade de representante legal.

O que este caso revela é um Estado que, demasiadas vezes, funciona em silos. A Autoridade Tributária sabe quem somos. A Segurança Social sabe quem somos. Os organismos setoriais sabem quem somos. Mas um outro serviço público essencial parece não saber. Quando essa incoerência



A APAS Floresta foi criada em 2003. Empregou dezenas de trabalhadores, prestou serviços técnicos e especializados num valor acumulado superior a 7,5 milhões de euros e pagou mais de um milhão de euros em impostos e contribuições sociais. A Autoridade Tributária sabe quem somos. A Segurança Social sabe quem somos. Agora, descobre que o NIPC (Número de Identificação de Pessoa Coletiva) não consta da base de dados dos Serviços de Registo Central de Pessoas Coletivas



o Estado corrija uma falha que não pode ser imputada a quem, durante décadas, cumpriu as suas obrigações de boa-fé.

O nosso entendimento, de toda a Direção da APAS Floresta, que integro, é que o enquadramento jurídico da Administração Pública aponta nesse sentido. A Constituição determina que a Administração Pública deve prosseguir o interesse público no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos. O Código do Procedimento Administrativo consagra princípios como a boa-fé, a justiça, a razoabilidade e a proporcionalidade. Estes princípios existem para impedir soluções manifestamente desrazoáveis.

Também no plano dos registos, a informação pública confirma a

emerge, a resposta não pode ser empurrar o custo para a entidade cumpridora.

A Administração Pública existe para servir o interesse público, não para transformar falhas internas em castigos externos. Quando uma organização da sociedade civil trabalha durante décadas, cria emprego, paga impostos, apoia produtores e cumpre as regras, não pode ser tratada como um erro informático a resolver com uma borracha.

A APAS Floresta existe. Existe nos trabalhadores, nos serviços que prestou, nos produtores que apoiou, nos impostos que pagou e nas responsabilidades que assumiu. Se há um erro no sistema, é o sistema que deve ser corrigido. Não é a associação que deve ser apagada.